

GÊNERO DISCURSIVO ORATÓRIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS NAS AULAS DE LINGUAGEM JURÍDICA

ORATORY: A DISCOURSE GENDER FOR POSSIBLE DIALOGS IN LEGAL LANGUAGE CLASSES

Tatiane Henrique Sousa Machado¹

MACHADO, T. H. S. Gênero discursivo oratória: diálogos possíveis nas aulas de linguagem jurídica. **Akrópolis** Umuarama, v. 19, n. 3, p. 203-211, jul./set. 2011.

RESUMO: O presente estudo trata-se de uma pesquisa-ação realizada nas aulas de Linguagem Jurídica no primeiro ano do curso de Direito no ano de 2010. O objetivo inicial da pesquisa era oportunizar o uso da oralidade em situações formais de uso. Para tanto, escolhemos o gênero discursivo oratória. Para fundamentação desta pesquisa assumimos uma concepção enunciativa/discursiva de linguagem. Desse modo, este estudo fundamenta-se nos pressupostos de Bakhtin acerca dos gêneros do discurso como enunciados relativamente estáveis, dotados de um conteúdo temático, estilo e composição. Assim, por meio da prática realizada pudemos observar que mesmo na atualidade perdura o receio em relação à exposição oral diante de um público, sendo assim, faz-se necessário o tratamento dos gêneros discursivos orais nas diferentes fases escolares, já que a fluidez do diálogo familiar ou amigável, não se transfere automaticamente numa situação de discurso mais formal que pressupõe outras estratégias de manifestação. Observamos ainda, que ao colocar-se no púlpito diante da plateia, alteram-se os papéis sociais, já que agora acadêmico e colegas, não partilham mais das mesmas funções sociais, cabendo ao primeiro organizar um discurso, suscitando o engajamento e ao segundo a postura de ouvinte. Sendo assim, neste estudo notamos o quanto a prática da oralidade em ambientes formais pode propiciar ao aluno condição de adaptação às diferentes situações comunicativas concretas que envolvam o emprego do discurso oral formal. Por fim, vale destacar a necessidade de estímulo e planejamento, objetivando o envolvimento da turma a atividade pretendida.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros discursivos orais. Oratória. Interação.

¹Docente de Língua Portuguesa e Linguagem Jurídica da Universidade Paranaense – UNIPAR. Pós-graduando do Programa de Mestrado e Doutorado em Letras da Universidade Estadual de Maringá- UEM.tatiane@unipar.br

INTRODUÇÃO

O domínio da oralidade em diferentes situações comunicativas é uma exigência latente na sociedade atual. Em contraponto a crescente exposição digital, percebemos que os indivíduos em situações que demandam exposição oral de um conteúdo ou opinião revelam inibição ou mesmo medo. Logo, conforme afirma Dutra (2004) o homem comunica-se com muitos frequente e simultaneamente estimula a mente por meio do telefone, secretárias eletrônicas, internet, dentre outros, ou seja, a tecnologia também está a serviço da comunicação oral e escrita. Entretanto, em situações concretas de exposição oral, os papéis e as imagens que fazemos do 'outro' podem interferir diretamente na efetivação da comunicação.

Logo, consoante a essa crescente necessidade de comunicação, seja virtual ou física, cabe a escola e a universidade voltar seu olhar às diferentes práticas discursivas orais com as quais nossos alunos defrontam-se no decorrer da vida, demonstrando a língua oral em uso em diferentes situações enunciativas.

Neste sentido, o presente estudo, caracteriza-se como pesquisa-ação de ordem interpretativa, a partir da concepção interacionista de língua com ênfase na abordagem sócio-histórica, a luz da Linguística Aplicada e pressupostos teóricos bakhtianianos, visando analisar a prática do gênero discursivo oratória no nível superior de ensino. Para tanto, apresentaremos uma prática realizada durante as aulas de Linguagem Jurídica nas turmas de 1º ano do curso de Direito. Vale destacar que o trabalho com a oratória partiu de uma necessidade da turma e da profissão escolhida, que demanda o uso da língua oral em diferentes momentos de formalidade e para diferentes interlocutores. Portanto, ao abordar esse conteúdo todos acadêmicos sentiram motivados e engajados, já que tinham diferentes expectativas acerca da apresentação de possíveis 'técnicas de oratória' que sanariam suas inquietações. Sendo assim, este gênero foi escolhido por demandar a exposição oral de argumentos em ambientes de formalidade, assemelhando-se as situações concretas de uso da oralidade com a qual o profissional de Direito depara-se no cotidiano.

Assim, o presente estudo organiza-se a partir da apresentação dos objetivos; metodologia; posteriormente discutimos conceitos de

interação verbal e os gêneros orais, priorizando a oratória e posteriormente focalizaremos a apresentação da prática realizada em sala, bem como a análise dos resultados obtidos. Acreditamos que este estudo configura-se como uma pequena contribuição sobre as estratégias de uso prático da oralidade em contextos formais, demonstrando o potencial de tratamento dos gêneros orais no ensino adaptáveis aos diferentes níveis de escolaridade.

OBJETIVOS

O objetivo inicial era realizar atividades que envolvessem a linguagem oral em diferentes situações de uso no curso de Direito, bem como a exposição de argumentos. A motivação se deu devido à inadequação do uso da linguagem oral em diferentes contextos de uso. Além disso, também procurava-se criar situações de manifestação oral em situações formais, que aproximassem do uso que o profissional da área jurídica depara-se corriqueiramente. Essa aproximação além de demonstrar as variedades e adequações necessárias a escrita e a fala auxiliaria os acadêmicos lidarem com situações de maior rigidez de apresentação, buscando superar seus medos e receios, bem como aprender a posicionar-se como locutor e como interlocutor (ouvinte) em diferentes enunciados socialmente utilizados.

METODOLOGIA

O presente estudo possui base qualitativa e interpretativista segundo a natureza de seus dados. Neste sentido, procura-se compreender e interpretar os fenômenos e/ou acontecimentos arrolados nos limites da sala de aula. Long (1982) define metodologia qualitativa como aquela que apresenta um estudo etnográfico – estudo do sentido social de um dado aspecto em contextos particulares, no caso, a sala de aula – no qual os pesquisadores observam e analisam os dados ao invés de testar hipóteses. Portanto, neste tipo de estudo o professor investiga sua prática e conseqüentemente como esta pode ser direcionada aos alunos de forma mais significativa. Configura-se ainda como uma pesquisa-ação, pois parte da busca do docente pela compreensão de problemas previamente identificáveis, buscando aprimorar sua prática. Segundo Nunan (1992) pesquisa-ação é um

estudo realizado por professores que usam o status de participantes como base para desenvolver habilidades de observação e análise da prática docente.

Além disso, destaca André (2004) que a pesquisa-ação envolve um plano de ação com enfoque nos objetivos; bem como no acompanhamento do processo e no controle da ação planejada, bem como o relato desse mesmo processo. Logo, a presente pesquisa foi realizada durante as aulas de Linguagem Jurídica no curso de Direito, buscando investigar estratégias de inserção da oralidade em diferentes instâncias oportunizadas nas aulas, visando destacar o tratamento da linguagem como interação. Portanto, a pesquisadora, em contato com seus alunos, organizou planos de aulas que focalizassem a oralidade, aplicou-os nas suas turmas para posteriormente descrevê-los e analisá-los.

DIMENSÃO INTERACIONAL NA LINGUAGEM E A ORALIDADE

A interação verbal caracteriza-se como um fenômeno social, manifestado por intermédio da enunciação e constituindo-se como realidade fundamental da língua, uma vez que nos comunicamos e interagimos constantemente por meio da linguagem. Portanto, compreendemos que a linguagem como atividade humana possui um legado histórico e cultural, já que por meio dela manifestam-se as relações históricas e sociais de seus locutores.

Assim, conforme pressupostos de Bakhtin e o círculo o estudo da língua deve pausar-se nas situações sociais, compreendendo-a como fato social, em que estão envolvidos diferentes indivíduos, pois nos comunicamos sempre com o “outro” e é a ele que buscamos convencer ou refutar. Logo, nosso discurso em todos os momentos é perpassado por diferentes vozes que permitem a construção da ‘nossa palavra’, que parte necessariamente na ‘palavra do outro’. Por conseguinte, a concepção de palavra neutra para Bakhtin (2003, p. 125) é mera ilusão, pois:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social de interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação

verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Desse modo, o trabalho com a linguagem em sala de aula deve, obrigatoriamente, observar que o processo interativo se estabelece a partir de uma dada finalidade social que envolve uma relação valorativa em relação a esse “outro” como partícipe da enunciação. Nesse contexto, cabe ao professor e ao texto lido o papel de mediadores, pois é por meio deles que a interação se estabelecerá.

Por conseguinte, o trabalho com a oralidade na sala de aula deve ser organizado objetivando a manifestação da expressão consoante a este ‘outro’, função social e gênero, visualizando o ouvinte como coprodutor, ou seja, produtor de novos sentidos, manifestados por meio da atitude responsiva.

Consoantes aos pressupostos de Bakhtin/Volochinov (2004, p.113) “(...) toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte”. Interação essa de natureza social, já que aqui são partilhados: julgamento de valor, crenças e ideologias situadas historicamente e socialmente; e que definirão os dizeres autorizados ou não, o estilo e o gênero a ser empregado em detrimento da relação com o outro e a situação imediata. Ainda em relação a essa diferenciação Bakhtin/Volochinov (1992, p.112) pontuam:

A palavra dirige-se a um interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social [...] Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio, nem no figurado.

E nesse processo, consoante aos estudos de Vygotsky, cabe ao docente a função de ‘par superior’, capaz de mediar o trabalho objetivando à efetivação da expressão em conformidade aos aspectos exteriores (condições reais de enunciação – situação imediata e interlocutor). Entretanto, a explicitação destes fatores no ambiente escolar não é tarefa fácil e caberá mais uma vez ao docente criar estratégias que se aproximem dos usos da linguagem na sociedade.

Neste sentido, partilhamos da opinião de Antunes (2003, p. 99), que compreende a oralidade como constante “prática social que envolve dois ou mais interlocutores em torno de um sentido ou intenção particular”, logo, semelhantemente a escrita serve à interação verbal por meio de diferentes gêneros, logo, não há sentido em pensar a fala como local de espontaneidade, relaxamento ou falta de planejamento e descuido com a norma-padrão, pois a fala, tal como a escrita, varia, pode ser mais planejada dependendo do contexto de uso. Assim, objetivando tratar essa diversidade dos gêneros orais no ambiente universitário, o presente estudo expõe o tratamento do gênero oratória numa prática realizada no curso de Direito, visando aproximá-los das situações públicas de uso da oralidade.

GÊNEROS DISCURSIVOS ORAIS E A ORATÓRIA

Compreendemos por gêneros do discurso os enunciados relativamente estáveis utilizados pelos falantes em diferentes esferas da atividade do homem, com vista a diferentes objetivos ou motivações (Bakhtin, 2003). O estudo dos gêneros discursivos conforme as características propostas por Bakhtin (2003) orientam a especificação dos seguintes itens: tema, estilo e organização composicional, itens constitucionalmente interligados. Logo, o enunciado é o produto da interação social e está ligado a uma situação concreta, a um contexto de um determinado grupo. Para Bakhtin (2003) o estilo liga-se ao conceito de gênero do discurso e aos seus elementos constitutivos, pois em cada esfera da atividade humana, a linguagem é utilizada com seu estilo peculiar e acrescenta:

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da

comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.) (BAKHTIN, 2003, p.266)

Portanto, os discursos são construídos em consonância as esferas da atividade humana (escola, trabalho dentre outros) e materializam-se de acordo com essas necessidades. Por conseguinte, os gêneros discursivos não se referem a simples composição de características textuais semelhantes (a um mero agrupamento), mas sim a junção de conteúdo (definido pelo enunciador de acordo com a necessidade), estilo (individual, todavia, definido pelo outro) e construção composicional (parte visível que define o gênero), aliados a um dado enunciado numa esfera da comunicação. Por conseguinte, constituem-se como diferentes formas textuais (verbais e orais) históricas e socialmente situadas (BRONCKART, 1999), que se alteram de acordo com as necessidades humanas.

Por conseguinte, em relação à escolha do tema, ressaltamos o lugar social (universidade) e o papel dos participantes (estudantes do curso de Direito), fatos que corroboraram para escolha do gênero oratória para manifestação do discurso.

Segundo Perelman e Oldebrechts-Tyteca (1996, p. 4, grifos dos autores) a oratória “é o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento.*”. Observamos que o gênero oratória enquadra-se conforme Bakhtin (2003) na categoria de gêneros secundários, uma vez que exige-se organização e não há muito espaço para a espontaneidade. A fala pode ser organizada por meio da leitura ou não, mas em ambas pressupõe-se organização prévia de um discurso.

Historicamente após a ascensão do Império Romano, e adaptação do plano latino ao universo grego surge a oratória (eloquência) aliada à retórica (persuasão) herdada da democracia grega, como manifestação e técnica de comunicação (SCHOCAIR, 2008). Esse mesmo autor destaca que no Brasil e em grande parte da América latina oratória refere-se à busca da eloquência. Portanto, a prática do gênero oratória, na atualidade, pode auxiliar a formação de diferentes áreas profissionais, fato esse apresentado num estudo semelhante realizado no curso de Administração por Niedzieluk (2010)

que também utilizou a oratória devido a aproximação de uma situação concreta de uso da oralidade em ambientes públicos e formais.

Acerca do estilo de linguagem a ser empregado, destaca-se que há espaço para o estilo individual, todavia, cada escolha deverá priorizar o tipo de público, o tema, o momento, ou seja, o contexto imediato delimitará os enunciados possíveis de serem empregados, além disso, é fundamental o tratamento da organização gramatical priorizando a aproximação ao uso da língua padrão, bem como recursos de textualização (conjunções, repetições, e hiperônimos) que garante a coesão e atribuem sentidos ao discurso.

Neste contexto, sabemos que o tratamento da oralidade na escola tem sido pouco explorada, fato esse que se deve inicialmente a crença de que os usos orais ligam-se a vida, logo, não são objeto de ensino (Marcuschi, 2001). Ou ainda conforme afirma Antunes (2003) a ideia de que a fala é local de violação de regras, delegando os erros a fala, e desconsiderando as situações sociais mais formais de interação, que fundamentalmente pressupõem outros padrões de oralidade. Outro fato observado por essa autora é a concentração de atividades com os gêneros orais informais, tais como: conversa, 'troca de ideias', explicação para o vizinho, restringindo-se a mera manifestação coloquial e informal que não denota análise dos aspectos da conversação.

Portanto, percebemos consoante a Antunes (2003, p. 25) a ausência de oportunidades de explicação dos padrões gerais de conversação, por meio da abordagem dos gêneros orais da comunicação pública que demandam registros mais formais, escolhas lexicais especializadas, padrões textuais mais rígidos, além do atendimento a certas convenções sociais exigidas pelas situações do 'falar em público'.

Na próxima seção apresentaremos como se deu o trabalho com o gênero discursivo oratória no curso de Direito.

A ORATÓRIA NA SALA DE AULA NO ENSINO SUPERIOR

A prática realizada nesta pesquisa iniciou a partir de uma conversa com os acadêmicos acerca da oratória e de sua importância para o profissional de Direito. Durante esse diálogo muitos demonstraram interesse em melhorar sua comunicação, e perguntavam estratégias

que os auxiliassem neste intento.

Portanto, diante do interesse e da necessidade realizamos uma sequência de aulas abordando este assunto, atividade esta que seria finalizada durante um concurso de oratória aberto a todos os acadêmicos da turma.

Inicialmente incitou-se a discussão: Como alguém 'aprende' a falar bem? O que é falar bem? Logo, discutimos as diferentes estratégias orais utilizadas pelo jurista, em diferentes locais, tais como o júri, uma palestra para leigos, uma entrevista, uma conversa entre pares, ou mesmo no cotidiano familiar. Tal questionamento visava a observação da necessidade de adequação ao contexto, portanto, o conceito de 'falar bem' varia em consonância ao objetivo, quem fala, sobre o que fala, com qual intencionalidade e principalmente para quem fala, fatores esses presentes na escrita e na fala, já que utilizamos a linguagem em enunciados concretos direcionados a um interlocutor.

A seguir foram apresentadas algumas considerações expositivas sobre a oratória, destacamos que o Estatuto do Advogado Lei 8.906 de 04/07/94, prevê os seguintes usos da linguagem oral: em sessões de julgamento; usar a palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal; reclamar verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade;

Assim, quais seriam as características do bom orador? Segundo Polito (2008), podemos reunir as seguintes características: credibilidade, voz, espontaneidade, apresentação, cumprimento do tempo, linguagem, postura, aparência, envolvimento, confiança, coerência de conduta e preparo. Dentre as características apresentadas é fundamental destacar grande parte residem nos aspectos extraverbais, já que dependem de valores e julgamentos partilhados por um determinado grupo social.

Também foram destacados aspectos fonológicos acerca da respiração, ajuste de volume, entoação adequada ao conteúdo apresentado, bem como velocidade. Neste contexto, os itens entoação e velocidade são fundamentais, já que contribuem para a coerência do conteúdo exposto, uma entoação adequada cria maior expressividade ao enunciado. Além disso, a velocidade da fala deve estar diretamente relacionada ao grau de complexidade do enunciado para a compreensão do interlocutor. Neste contexto, Antunes (2003, p. 104) compreende que os elementos de natureza suprasegmental (entoação,

pausas, dentre outros) “contribuem para a construção de sentidos e das intenções pretendidas”. Portanto, caberá ao locutor prever possíveis dificuldades por parte do interlocutor, e neste instante ater-se a uma velocidade mais lenta que engendre a compreensão responsiva.

Por fim, destacamos os gestos, que devem orientar a fala, logo, conforme afirma Weil, “o corpo fala”, sua sintaxe é distinta da língua, mas é facilmente reconhecida por falante que partilham do mesmo grupo social. Fato esse também pontuado por Antunes (2003) sobre a função das expressões fisionômicas, gestos e recursos de representação cênica (movimentar-se) que conferem significados complementares no processo de interação verbal.

Posteriormente, foram disponibilizados alguns vídeos de juristas considerados exemplos de boa oratória e apresentado um vídeo no qual Waldir Troncoso Peres, grande orador, expõe como chegou ao êxito da oratória. Também foi recomendado que assistissem a dois filmes que demonstram o uso da oratória na área forense: “O grande desafio” (2010-DVD) e o “Desafio da lei” (1999) em ambos ocorrem discursos públicos e formais. Sobre essa instância destaca-se o comentário de um acadêmico, que ao deparar-se com o vídeo do jurista Troncoso Peres, e observar aquela caracterização frágil de um idoso, questionou-se sobre a competência de sua fala, entretanto, esse mesmo acadêmico ao assistir a entrevista completa percebeu o quanto aquela fragilidade é ideologicamente construída nos seus valores, e que o jurista utilizada a linguagem com uma maestria inquestionável. Neste momento, discutimos a importância da aparência durante as situações concretas de interlocução, mas ao mesmo tempo observamos a necessidade de cuidado com as pré-concepções carregadas de valores preconceituosos construídos socialmente e culturalmente, e que muitas vezes (como no caso exposto) não possuem valor de verdade e são ‘ingenuamente’ transferidas disseminadas.

Buscamos priorizar na organização deste estudo sobre oratória que o tratamento didático dos gêneros discursivos deve levar em consideração a finalidade, interlocutor, gênero (conteúdo, estilo e estrutura), suporte, circulação e posição do sujeito, definidas por Bakhtin e compreendidas por Geraldini (1997) por: O que dizer; Para quem dizer; Como dizer: Por que dizer; e estratégias do dizer. Logo, as condições

de produção textual e/ou oral são indispensáveis para a concretização da fala e da escrita como enunciação (momento de circulação).

Destacamos ainda que as estratégias de argumentação e contra-argumentação já haviam sido trabalhadas com a turma anteriormente, logo por não terem dificuldades neste quesito, essa etapa não foi apresentada neste momento, por isso não explorada neste estudo. A partir dessas discussões partimos para a próxima etapa: o concurso. Assim, na próxima seção abordaremos o planejamento desta atividade uma vez que era fundamental criar condições reais para uso deste gênero.

A CIRCULAÇÃO DO GÊNERO DISCURSIVO ORATÓRIA

Como havíamos previsto a próxima etapa seria o concurso de oratória. Assim, inicialmente em conjunto com o professor de Sociologia Geral e Jurídica foram decididos os assuntos a serem destacados no concurso. A ideia era conjugar saberes trabalhados nas duas disciplinas, pois o acadêmico necessitaria ter ‘o que dizer’ para a partir disso, criar um discurso coerente de oratória. Assim, com base nos conteúdos e nas leituras exigidas na disciplina de Sociologia optamos pelos temas: **PEDOFILIA NO BRASIL** e ‘: **A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL**’. Após definidos os temas, foi divulgado nas salas e corredores o edital de inscrição do concurso que premiaria os três primeiros colocados com um livro “Oratória para advogados” de Reinaldo Polito, bem como certificação de participação, aos demais candidatos seria garantida a certificação de participação. Neste edital foram descritas as regras de participação, bem como o tempo, e a necessidade da entrega de um texto escrito 24h antes do concurso. Além disso, foram expostos os critérios de avaliação: voz, conteúdo, apresentação e tempo. Também foi disponibilizado auxílio na escrita dos textos, desde que solicitadas com antecedência. Sobre essa questão destaca-se que apenas dois acadêmicos solicitaram revisão da escrita.

Depois de encerrado o período de inscrição (20 dias) contamos com apenas cinco inscritos. Esperava-se um número maior, já que estavam envolvidos na atividade cerca de 120 alunos (duas turmas de 60 alunos). Sobre essa questão percebemos que alguns acadêmicos sentiram-se receosos de participar devido um

ou dois acadêmicos já terem experiência com o discurso público oral. Entretanto, vale destacar esses acadêmicos decidiram não participar, espontaneamente. Destacamos ainda que todos os alunos indiferentemente da inscrição deveriam assistir ao concurso, uma vez que ele foi realizado no horário destinado a aula da disciplina de Linguagem Jurídica. Sobre esse fato, os acadêmicos foram orientados sobre competência para 'escutar', pois além de falar precisamos desenvolver a habilidade de escutar com atenção e respeito os diferentes interlocutores. "A atividade receptiva de quem escuta o discurso do outro é uma atividade de participação, de cooperação em vista da própria natureza interativa da linguagem. Não há interação se não há ouvinte" (ANTUNES, 2003, p. 105).

Para julgamento dos trabalhos, foram convidados professores de diferentes áreas (Sociologia, Língua Portuguesa e Direito), sendo composta uma banca julgadora composta por docentes de diferentes áreas.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CIRCULAÇÃO DO GÊNERO ORATÓRIA

Durante as apresentações o público (colegas de classe) posicionou-se como plateia, logo, houve uma atitude responsiva em relação aos locutores, pois o silêncio e a atenção que dispensaram as apresentações demonstraram a compreensão e a vinculação da prática realizada a uma situação concreta de uso da oratória. Neste sentido, acreditamos que consoante a Antunes (2003) o concurso possibilitou o desenvolvimento da competência de saber escutar o outro com atenção, habilidade essa pouco estimulada socialmente.

Além disso, mesmo com um número pequenos de candidatos, foi possível notar o nervosismo e a preocupação dos candidatos, com a aparência, com a impostação da voz (já que utilizam microfone) e com o uso adequado da fala e norma-padrão, gestos e argumentos. Nas apresentações priorizava-se o olhar como um elo entre o locutor e interlocutor, bem com os aspectos gestuais. Vale lembrar que somente um candidato era do sexo feminino e segundo essa candidata "*por mais simples que seja este concurso, ele está sendo encarado por mim como um desafio, logo, por eu participar, já estou ganhando*". A candidata atendeu ao edital do concurso, que visava criar uma situação concreta

de uso da exposição oral em ambientes formais, situação essa que será corriqueira na carreira pretendida.

Sobre a forma de argumentação, como previsto, os acadêmicos organizaram o conteúdo a partir dos conhecimentos adquiridos, principalmente nas leituras e discussões da disciplina de Sociologia Geral e Jurídica, todavia, como a prática foi realizada no curso de Direito, a organização argumentativa priorizou os aspectos legais acerca dos assuntos explorados, demonstrando ainda, cuidado com a manutenção temática, respeito ao tempo previsto para fala, elementos reiterativos, conectores, e hiperônimos que visavam destacar o caráter de planejamento da fala. Todos os candidatos optaram pela leitura, entretanto, a realizaram com cuidado na entonação, contato visual com o interlocutor, movimentação e recursos gestuais, fato esse que conferiu dinamicidade as apresentações.

Ao final da prática, após o agradecimento e retirada da banca julgadora, visando oportunizar a fala ao número maior de acadêmicos foi realizada uma prática dialogada denominada "conversa". Previamente foram escritas algumas perguntas e situações diferentes, que exigiam a exposição oral. Todos os acadêmicos foram convidados a retirar uma pergunta da caixa e após a leitura desta pergunta, deveriam respondê-la no palco utilizando o microfone (já que no local encontravam-se cerca de 120 pessoas e o ambiente era grande). As perguntas abordavam conteúdos de natureza diversa, tais como: Convide formalmente seus colegas para o curso de Filosofia Jurídica; Por que escolheu o curso de Direito; Qual o benefício da leitura para o acadêmico de Direito; Qual o benefício da atividade física para o ser humano, dentre muitas outras. Neste contexto, buscávamos demonstrar que a fala em ambiente público ocorre de diferentes formas, mais ou menos formais, pois são diferentes da conversa, do debate, da exposição, da explicação, do elogio, do aviso, o convite, o recado, ou a defesa de argumentos, logo, para planejá-las o locutor demanda de competências que devem ser trabalhadas (ANTUNES, 2003).

Nesta ocasião um grande número de acadêmicos participaram (cerca de 40) aceitaram pegar uma pergunta 'surpresa' e respondê-la no palco. Tal resposta demonstrou que o concurso os estimulou a falar e a expor-se, mesmo que por poucos minutos e de maneira improvisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aulas de Língua Portuguesa ou mesmo Linguagem Jurídica, como a retratada neste estudo devem acolher o caráter interacional da oralidade, bem como a distinção dos diferentes gêneros orais e escritos. Neste diapasão, cabe ao professor, como 'par maior' direcionar e oportunizar o tratamento da oralidade nas suas diferentes características, evidenciando os diferentes contextos (formais e informais) no qual utilizamos a fala, não os limitando a discussão em sala ou seminários. Assim, questões como a necessidade de coerência (manutenção temática), os recursos de textualização fundamentais na oralidade formal, a distinção do gênero oratória, como interação oral formal de discurso em situação pública, a necessidade de emoção, expressividade, pausas, entoação (elementos supra-segmental) variam conforme as intenções pretendidas. Além disso, foi desenvolvido com as turmas a habilidade de escutar com respeito e atenção.

Contudo, o número de inscritos no curso configurou-se como um problema, já que buscávamos oportunizar a prática a um número maior de acadêmicos. Neste sentido, as próximas práticas suscitarão um número maior de estratégias de estímulo, tais como: mais tempo de divulgação; solicitação aos docentes da área jurídica que estimulem e expliquem a importância deste tipo de prática.

Destacamos os pontos positivos do estudo que permitiu aos acadêmicos vivenciarem a interação verbal formal, percebendo que fala e escrita não se opõem, uma vez que diferentes situações comunicativas demandam diferentes formas de manifestação verbal e oral. Logo, o gênero oratória requer maior planejamento em relação ao tratamento do tema, aos recursos estilísticos e a organização composicional, características imbricadas (Bakhtin, 2003). Portanto, neste estudo notamos o interesse dos acadêmicos em práticas ligadas a situações concretas de usos da linguagem, fato esse nunca oportunizado nas séries anteriores (relatos dos alunos durante a avaliação da atividade), por conseguinte, neste estudo, pretendemos compartilhar a aplicabilidade e a importância da realização de práticas semelhantes, que oportunizem aos alunos o contato com os diferentes usos da linguagem em seus diferentes contextos. Por fim, conforme descrito neste estudo, o papel dos de-

mais docentes foi fundamental para a realização desta prática, já que essa atividade demanda engajamento do corpo docente, que oportunizará um trabalho interdisciplinar de sucesso.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2004.
- ANTUNES, I. **Aula de português encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAKHTIN, M. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução Anna Rachel Machado. São Paulo: Educ, 1999.
- GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: M. Fontes, 1997.
- NUNAN, D. **Research methods in language teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.
- DUTRA, R. O falante gramático: introdução à prática do estudo e ensino do português. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- LONG, M.; ROBINSON, P. Focus on form: theory, research and practice. In: DOUGHTY, K.; WILLIAMS, J. **Focus on form in classroom second language acquisition**. Cambridge: Cambridge, 1998. p. 15-41.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2004.

NIEDZIELUK, L. C. Gênero discursivo oratória: ferramenta de socialização de saberes no ensino aprendizagem de língua portuguesa. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 9., 2010, Palhoça. **Anais...** Palhoça, 2010. p. 1-12.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** Tradução Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POLITO, R. **Oratória para advogados.** OAB/SP: Saraiva, 2008.

SCHOCAIR, N. M. **Português jurídico: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1988.

WEIL, P.; TOMPAKOW, R. **O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GÉNERO DISCURSIVO ORATORIA: DIÁLOGOS POSIBLES EN LAS CLASES DE LENGUAJE JURÍDICO

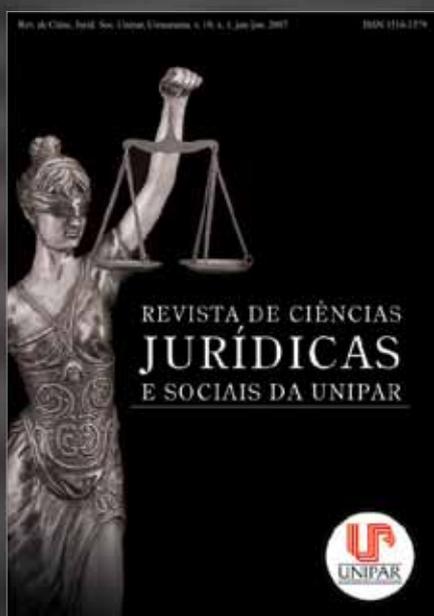
RESUMEN: Este estudio trata de una investigación-acción realizada en las clases de Lenguaje Jurídico en el primer año del curso de Derecho en el año de 2010. El objetivo inicial de la investigación era nutrir el uso de la oralidad en situaciones formales de uso. Para tanto, elegimos el género discursivo oratoria. Para llevar a cabo esta investigación asumimos una concepción enunciativa/discursiva de lenguaje. Así, este estudio se basa en los supuestos de Bakhtin acerca de los géneros del discurso como enunciados relativamente estables, dotados de contenido temático, estilo y composición. Así, por medio de la practica realizada pudimos observar que mismo en la actualidad perdura el recelo en relación a la exposición oral delante de un público, se hace necesario el tratamiento de los géneros discursivos orales en las diferentes fases escolares, ya que la fluidez del diálogo familiar o amigable, no se transfiere automáticamente en una situación de discurso más formal que presupone otras estrategias de manifestación. Aún observamos, que al ponerse en el púlpito delante de la platea, se alteran los papeles sociales, ya que ahora académico

y compañeros, no comparten más de las mismas funciones sociales, tocando al primero organizar un discurso, suscitando el empeño y al segundo la postura de oyente. Así, en este estudio notamos el cuanto la práctica de la oralidad en ambientes formales puede propiciar al alumno condición de adaptación a las diferentes situaciones comunicativas concretas que involucran el empleo del discurso oral formal. Por fin, vale destacar la necesidad de estímulo y planeamiento, con el objetivo de la participación de la clase a la actividad pretendida.

PALABRAS CLAVE: Géneros discursivos orales. Oratoria. Interacción.

REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UNIPAR

ISSN 1516-1579



- **Publica trabalhos referentes à área de Direito e Ciências Correlatas.**
- **Periodicidade: Semestral**
- **e-mail: rcjuridica@unipar.br
<http://revistas.unipar.br/juridica>**

O CONHECIMENTO NÃO É NADA SE NÃO FOR COMPARTILHADO

